



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Circular nº 144/19

Brasília (DF), 24 de abril de 2019

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s diretores(a)s do ANDES-SN

Companheiro(a)s,

Encaminhamos o relatório da reunião do Grupo de Trabalho de Política de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) do ANDES-SN, realizada na Sede do ANDES – SN em Brasília-DF, nos dias 29 e 30 de março de 2019.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Eblin Farage
Secretária-Geral



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
RELATÓRIO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE POLÍTICA DE CLASSE PARA AS QUESTÕES ETNICORACIAIS, DE GÊNERO E DE DIVERSIDADE SEXUAL – GTPCEGDS

Data: 29 e 30/03/2019

Local: Sede do ANDES-SN – Brasília (DF)

Horário: 17h do dia 29 de março até às 19h do dia 30 de março

Data 29/03/2019 (17h-21h)

Presentes: Diretores(a)s do ANDES-SN: Caroline de Araújo Lima, Jacqueline Rodrigues de Lima e Adriana Hessel Dalagassa.

Seções Sindicais:

ADUFPB (Saulo Emmanuel Vieira Maciel); **ADUFMAT** (Ana Luisa Alves Cordeiro); **ADUNEMAT** (Giulianna Zilocchi Miguel e Thielide V. S. Pavanelle Troian); **ADUFES** (Maria Daniela Corrêa de Macedo e Juliana Iglesias Melim); **ASDUERJ** (Joana Xênia Rabelo Ferreira e Rosineide Cristina de Freitas); **ADUFF** (Ana Claudia Cruz da Silva e Maria das Graças Gonçalves); **ADUFFel** (Míriam Cristiane Alves); **SEDUFSM** (Júlio Ricardo Quevedo dos Santos); **APROFURG** (Cassiane de Freitas Paixão).

Pauta: Lei 12.990/14 e combate ao racismo institucional.

Palestrantes: Rosineide Freitas (ASDUERJ) e Pedro Mahin (AJN)

A reunião do GTPCEGDS foi iniciada no dia 29 de março de 2019 com uma mesa para debater a lei 12.990/2014 que “reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela “União” e o combate ao racismo institucional. A mesma foi mediada



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior pelas diretoras Caroline Lima e Jacqueline Lima e a relatoria foi feita pela diretora Adriana Dalagassa.

O debate sobre a lei 12.990/14 e o combate ao racismo institucional dividiu-se em dois momentos, o primeiro com a professora Rosineide Freitas (ASDUERJ) e o segundo com o representante da AJN Pedro Mahin. A professora Rosineide Freitas iniciou sua fala abordando a lei 12.990/14 e a importância dessa conquista, em seguida partiu para o debate conceitual sobre o racismo no Brasil, expôs como a narrativa da Democracia Racial, fundamentou a hierarquia racial colocando o povo preto no lugar do subalternizado e o estereotipando com a hipersexualidade, a malandragem, os sambistas, o grupo do trabalho braçal. Além disso, a expositora apresentou a questão do embranquecimento enquanto projeto de nação, o que referendou o racismo institucional e com ele a marginalização da população negra, tornando-o(a)s executáveis pelo Estado, permitindo o genocídio do povo negro.

A palestrante apresentou dados sobre racismo no Brasil, também a leitura de Silvio de Almeida sobre a falsa dicotomia entre raça e classe. A luta para vencermos as desigualdades deve partir da perspectiva de que não tem como ser classista sem ser antirracista. Dados do mundo do trabalho: 400.000 docentes e, dentre este(a)s, somente 16% são negro(a)s, 682 mulheres negras doutoras, menos de 3% de professore(a)s na pós-graduação. Em cargos de gerência 6% são negro(a)s. No caso de cargos de gestão 6% são negro(a)s, sendo que 1,6% são mulheres e entre executivos são 4,7% sendo 0,4% mulheres negras. A violência atinge principalmente negro(a)s: a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negro(a)s (jovens e mulheres). Os dados deixam evidente que o racismo é estrutural.

A partir desses dados, a palestrante chamou atenção que a luta contra o racismo é uma luta de todo(a)s, que o(a)s não negro(a)s devem incorporar essa luta e reconhecer seus privilégios. Rosineide chamou atenção para importância do ANDES-SN e das Seções Sindicais para pautar a garantia da lei de cotas raciais no serviço público e exigir que os concursos para docentes respeitem essa lei. Tais ações fortalecem a luta antirracista nas instituições de ensino e na sociedade.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

O representante da AJN Pedro Mahin ressaltou a importância da lei 12.990/14, por garantir a representatividade do povo negro no lugar outrora não ocupado por negro(a)s. Explicou que a lei é constitucional, pois está amparada na perspectiva da igualdade. É fundamental uma maior presença de negro(a)s na docência, pois mudará na forma como a Educação é reproduzida. A garantia da lei colocará o(a)s docentes negro(a)s no espaço de produção do conhecimento, retirando-o(a)s do lugar dos objetos de estudo. Tendo em vista a luta pela efetivação da lei, o advogado apresentou alguns instrumentos legais:

- 1 – Que as seções sindicais recorram contra a separação dos concursos por localidade, pois esse modelo não garante as 3 (três) vagas;
- 2 – Que as seções sindicais recorram contra a separação dos concursos por áreas, pois esse modelo impede que se garanta o número de 3 (três) vagas, não se concretizando a lei. Ambas as formas são inconstitucionais. Concurso não pode ser separado por localidade e área.

Esse tipo de estratégia para “burlar” a lei acaba constituindo um filtro racista institucional e dessa forma mantém as estruturas de poder, a exemplo do STF que é branco e masculino. Pedro Mahin chamou atenção para o papel do ANDES-SN e de suas seções sindicais no enfrentamento do racismo institucional, pois o sindicato tem condições de atuar juridicamente para impugnar editais e resultados de concursos, além de representar pessoas interessadas, de forma coletiva e individual.

A mesa foi encerrada com o poema “Ainda assim eu me levanto” de Maya Angelou, declamado pela Prof^ª. Rosineide Freitas. Após as exposições, abriu-se o debate. Nas discussões foram tratados os seguintes temas: o Decreto 9.739/19 e no debate ficou nítido que esse decreto não interfere na lei 12.990/14; as reprovações por motivações racistas devem ser denunciadas, para isso é importante juntar provas; impugnação dos editais de concurso (mandato de segurança) que desrespeitam a lei de cotas raciais; utilização da lei nas Universidades Estaduais (a lei 12.990/14 pode subsidiar um mandato de injunção); 15 anos de políticas de reparação e ações afirmativas – não alteraram a experiência racista no Brasil; a necessidade de se



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
contrapor à lógica meritocrática; a importância das comissões heteroidentificação; e a
necessidade do debate sobre racismo e classe.

Data: 30/03/2019

Manhã

Presentes:

Diretore(a)s do ANDES-SN: Caroline de Araújo Lima, Jacqueline Rodrigues de Lima
e Adriana Hessel Dalagassa.

Seções Sindicais:

ADUFPB (Saulo Emmanuel Vieira Maciel); **ADUFMAT**(Ana Luisa Alves Cordeiro);
ADUNEMAT (Giulianna Zilocchi Miguel e Thielide V. S. Pavanelle Troian);
ADUFES (Maria Daniela Corrêa de Macedo e Juliana Iglesias Melim); **ASDUERJ**
(Joana Xênia Rabelo Ferreira e Rosineide Cristina de Freitas); **ADUFF** (Ana Claudia
Cruz da Silva e Maria das Graças Gonçalves); **ADUFPel** (Míriam Cristiane Alves);
SEDUFSM (Júlio Ricardo Quevedo dos Santos); **APROFURG** (Cassiane de Freitas
Paixão).

Tarde

Diretore(a)s do ANDES-SN: Caroline de Araújo Lima, Jacqueline Rodrigues de Lima
e Adriana Hessel Dalagassa.

Seções Sindicais:

ADUFPB (Saulo Emmanuel Vieira Maciel); **ADUFMAT** (Ana Luisa Alves Cordeiro);
ADUNEMAT (Giulianna Zilocchi Miguel e Thielide V. S. Pavanelle Troian);
ADUFES (Maria Daniela Corrêa de Macedo e Juliana Iglesias Melim); **ASDUERJ**
(Joana Xênia Rabelo Ferreira e Rosineide Cristina de Freitas); **ADUFF** (Ana Claudia
Cruz da Silva e Maria das Graças Gonçalves); **ADUFPel** (Míriam Cristiane Alves);
SEDUFSM (Júlio Ricardo Quevedo dos Santos); **APROFURG** (Cassiane de Freitas
Paixão).



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Manhã: 9h

Abertura dos trabalhos

A mesa foi coordenada pela diretora Caroline Lima, que solicitou que todo(a)s se apresentassem. Em seguida propôs a aprovação da pauta:

Pauta:

1. Informes
2. Deliberações do 38º Congresso do ANDES-SN;
3. Cartilha de combate ao racismo (estrutura/comissões de trabalho/temas);
4. Outros Assuntos.

A pauta foi aprovada por unanimidade com a inserção da deliberação sobre o II Seminário Integrado do GTPCEGDS em pauta específica:

1. Informes;
2. Deliberações do 38º Congresso do ANDES-SN;
3. II Seminário Integrado do GTPCEGDS;
4. Cartilha de combate ao racismo (estrutura/comissões de trabalho/temas);
5. Outros Assuntos.

1. INFORMES

1.1 - Informes nacionais

- Debate sobre a contrarreforma da Previdência e Jornada do(a)s Aposentado(a)s

A contrarreforma da Previdência e suas implicações para o(a) trabalhador(a) docente foi debatida no dia 15 de abril de 2018 na sede do ANDES-SN com a presença da professora Sara Granemann e do advogado Leandro Madureira. Entre os dias 18 e 19 de março de 2019 foi realizada a II Jornada Nacional de Mobilização dos(as) Aposentados(as) do ANDES-SN, com debate sobre a seguridade social (Previdência, Assistência Social e Saúde) e o papel do(a)s aposentado(a)s nas lutas travadas pela classe trabalhadora. O(A)s participantes estiveram no congresso nacional e foram



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior recebido(a)s por lideranças de alguns partidos, quando foi entregue a “Carta aos Parlamentares”, produzida no âmbito da jornada.

- Seminário Internacional

Nos dias 10 e 11 de abril o ANDES-SN realizou o Seminário Internacional “Universidade, Ciência e Classe em uma era de crises”, no auditório da ADUNB.

- III ENE

O III Encontro Nacional de Educação foi realizado entre os dias 12 a 14 de abril, em Brasília, no Centro Comunitário da UnB.

- Mobilizações do dia 8 de Março

Como parte do calendário de lutas aprovado no 38º Congresso do ANDES-SN, nossa base agregou nas mobilizações, realizando atividades nas universidades e nas ruas.

1.2 Informes das seções sindicais

(ANEXO 1)

2. DELIBERAÇÕES DO 38º CONGRESSO DO ANDES-SN

Neste ponto foram lidos e destacadas as resoluções aprovadas no 38º Congresso para estabelecer propostas de encaminhamentos. As deliberações sobre a elaboração da cartilha sobre racismo e sobre o II seminário integrado foram debatidas em pontos de pauta específicos.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Deliberações do 38º Congresso do ANDES-SN

| RESOLUÇÃO | ENCAMINHAMENTO |
|--|---|
| 1. Que o ANDES-SN intensifique a produção material de combate à LGBTTfobia para divulgar nas universidades, nos Institutos Federais e nos CEFETs. | - Construir uma minuta de proposta para a arte e materiais. Comissão que apresentará proposta para a arte e materiais: Rosineide Freitas, Joana (ASDUERJ); e Júlio Quevedo. |
| 2. Que o GTPCEGDS construa, em conjunto com setor das IEES/IMES e IFES, o Dia Internacional do Orgulho LGBTT (28 de junho) como uma data de luta nacional do ANDES-SN contra a LGBTTfobia. | - Construir agenda nas SSind; Secretaria enviará Circular com a resolução e a arte com os materiais. Participar das atividades de rua, apoio das regionais quando solicitado. |
| 3. Que o ANDES-SN intensifique a luta pela descriminalização e legalização do aborto. | - Elaborar InformANDES especial para o CONAD com o histórico do engajamento do ANDES-SN nessa luta (decisões congressuais, lutas e iniciativas que se seguiram); - Entrevista com representantes de movimentos de luta; - Materiais com Lançamento e distribuição no Seminário Integrado do GTPCEGDS; - Folheto: Pauta sobre a legislação criminal impositiva contra mulheres (legislação machista e misógina que impõe controle sobre os corpos femininos); aborto como uma questão de saúde pública; |

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

| | |
|--|--|
| | <ul style="list-style-type: none"> - Ampliar distribuição da cartilha sobre Aborto da CSP Conlutas; - Cartaz, <i>Card</i>, Adesivo (impresso e para as redes sociais). |
| <p>4. Realizar no segundo semestre de 2019, em articulação com entidades Feministas, LGBTTs e de Combate ao Racismo, o II Seminário Integrado do GTPCEGDS (IV Seminário Nacional de Mulheres do ANDES-SN; III Seminário Nacional de Diversidade Sexual; IV Seminário Nacional de Reparação e Ações Afirmativas), e que seja abordado o temário “Gênero e Deficiência” nos debates.</p> | <p>Encaminhamentos apresentados no ponto de específico para esta deliberação.</p> |
| <p>5. Que o ANDES-SN contribua política e materialmente com os Movimentos dos Povos Indígenas nas agendas de luta em defesa de seus direitos. Essa Agenda inclui, dentre outras, o apoio do ANDES-SN ao Acampamento Terra Livre, dos povos indígenas do Brasil, previsto para abril de 2019.</p> | <p>- Ações contínuas.</p> |
| <p>6. Que o ANDES-SN, realize um painel que discuta a descriminalização e legalização das drogas, sua relação com a criminalização da pobreza, genocídio da juventude negra e o aumento do</p> | <p>- Tema a ser inserido no Seminário sobre o direito à cidade a ser organizado pelo GTPAUA</p> |

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

| | |
|---|--|
| encarceramento feminino. | |
| 7. Que o ANDES-SN, via seções sindicais, defenda a existência e os trabalhos das Comissões de Heteroidentificação para evitar fraudes e garantir a efetiva política das ações afirmativas no ensino superior. | <ul style="list-style-type: none"> - Produção de texto sobre essas comissões. - Enviar Circular para que as Seções Sindicais informem a existência das Comissões de Heteroidentificação. |
| 8. Que o ANDES-SN exija da ANDIFES, da ABRUEM e do CONIF o cumprimento da Lei nº 12.990/2014. | <ul style="list-style-type: none"> - Solicitar junto aos Setores IFES, IEES/IMES para pautar essa questão com essas entidades. |
| 9. Indicar que as seções sindicais intensifiquem o debate e viabilizem, a partir de suas possibilidades, apoio financeiro à(o)s dependentes de seus representantes que participam de atividades sindicais. | <ul style="list-style-type: none"> - Enviar Circular com essa resolução para as SSind. e Regionais. |
| 10. Que o ANDES-SN ofereça espaço de convivência infantil em seus Seminários Nacionais , desde que as demandas sejam solicitadas com antecedência e comunicadas na circular de convocação. | <ul style="list-style-type: none"> - Ação a ser implantada a partir das demandas. |
| 10.1. Que o ANDES-SN garanta o espaço de convivência infantil nos espaços deliberativos quando houver prorrogações de suas plenárias. | <ul style="list-style-type: none"> - Ação a ser encaminhada para os próximos eventos. |
| 11. Que o ANDES-SN, em articulação com outras entidades da sociedade civil, denuncie o genocídio que ocorre nas periferias do país e exija a punição desses crimes. | <ul style="list-style-type: none"> - Seminário sobre o direito à cidade do GTPAUA. |
| 12. Que o ANDES-SN produza material de | <ul style="list-style-type: none"> - Demanda já enviada à imprensa. |

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

| | |
|---|--|
| <p>combate ao capacitismo em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, no dia 21 de setembro - Dia nacional de lutas das pessoas com deficiência - para divulgar nas universidades, nos Institutos Federais e nos CEFET.</p> | <p>- Ações conjuntas com o GTPE. Comissão que apresentará proposta de arte e materiais: Ana e Graça (ADUFF) e pela Coordenação do GTPCEGDS Adriana e Jacqueline.</p> |
| <p>13. Que o ANDES-SN apoie também as lutas das comunidades tradicionais de terreiro, quilombolas, pesqueiras e ribeirinhas, que sofrem ameaças e pressões semelhantes àquelas que recaem sobre o(a)s indígenas, como os megaprojetos do capital e do estado (grandes barragens, minerações, agronegócios, etc.).</p> | <p>- Estas ações estão sendo realizadas.</p> |
| <p>14. Que o ANDES-SN elabore uma cartilha de combate ao racismo, que seja apresentada no II Seminário Integrado do GTPCEGDS (IV Seminário Nacional de Mulheres do ANDES-SN; III Seminário Nacional de Diversidade Sexual; IV Seminário Nacional de Reparação e Ações Afirmativas).</p> | <p>- Deliberação debatida no item 4 da pauta.</p> |
| <p>15. Que o ANDES-SN dê continuidade à luta contra o assédio nas Universidades, IF e CEFET.</p> | <p>- Atividade de realização contínua por meio das Secretarias Regionais e Seções Sindicais.</p> |
| <p>16. Que as Seções Sindicais intensifiquem o debate e a utilização dos materiais produzidos pelo ANDES-SN em relação às pautas dos assédios, preconceito etnicorracial, de gênero, dos direitos das</p> | <p>- No Seminário integrado, apresentar os materiais e campanhas produzidas pelo ANDES-SN relacionados a essas pautas.</p> |



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

| | |
|---|--|
| comunidades tradicionais, de luta contra a LGBTTFobia e o capacitismo, promovendo o combate à agenda regressiva do governo federal. | |
|---|--|

3. II SEMINÁRIO INTEGRADO DO GTPCEGDS

Deliberação do 38º Congresso do ANDE-SN: Realizar no segundo semestre de 2019, em articulação com entidades Feministas, LGBTT e de Combate ao Racismo, o II Seminário Integrado do GTPCEGDS (IV Seminário Nacional de Mulheres do ANDES-SN; III Seminário Nacional de Diversidade Sexual; IV Seminário Nacional de Reparação e Ações Afirmativas), e que seja abordado o temário “Gênero e Deficiência” nos debates.

Foi realizado o debate sobre sua programação com a seguinte proposta:

| PROPOSTA DE PROGRAMAÇÃO II SEMINÁRIO INTEGRADO DO GTPCEGDS | | |
|--|---|--|
| IV Seminário Nacional de Mulheres do ANDES-SN | | |
| III Seminário Nacional de Diversidade Sexual | | |
| IV Seminário Nacional de Reparação e Ações Afirmativas | | |
| LOCAL: Brasília/DF* DATA: 2º Semestre/2019* | | |
| *Local e data poderão sofrer alterações | | |
| DIA 1 (6ª f) | DIA 2 (Sab) | DIA 3 (Dom) |
| 08h30-12h30 | 08h30-10h | 09h -12h30 |
| Mesa de Abertura do II Seminário Integrado – O papel do Sindicato no combate às opressões. | Mesa I - A saúde da população Trans e o acesso ao SUS | - Roda de conversa: indicações de políticas para enfrentamento às opressões. |
| | 10h00-13h00 | |
| | Mesa II - Criminalização da LGBTTFobia e políticas públicas para a população LGBTT. | |

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

| | | |
|--|--|--|
| <p>14h-15h30</p> <p>Mesa I - Interseccionalidade: Gênero, Sexualidade e Capacitismo.</p> | <p>14h30-17h30</p> <p>Mesa III – Um balanço das políticas de cotas raciais: as Leis 12.711/12 e 12.990/14 nas IFES e as iniciativas correspondentes nas IEES/IMES.</p> | |
| <p>16h - 19h</p> <p>Mesa II – Relações intergeracionais: conflitos, mundo do trabalho e o feminismo.</p> | <p>18h-19h30</p> <p>Mesa IV - O encarceramento do povo negro: um debate de raça, classe e gênero.</p> | |
| <p>19h</p> <p>Lançamento da Cartilha de combate ao racismo.</p> <p>Distribuição dos Materiais do ANDES-SN/Atividade Cultural (obs: preparar ambiência, formato para esta atividade).</p> | | |

4. CARTILHA DE COMBATE AO RACISMO (ESTRUTURA/COMISSÕES DE TRABALHO/TEMAS)

Abriu-se o debate e foram indicados os seguintes encaminhamentos:

- Que a cartilha seja construída considerando o formato da cartilha de opressões e o conteúdo do panfleto feito para o dia nacional de combate ao racismo de 2018; que apresente informações sobre as Comissões de Heteroidentificação, aspectos conceituais e estratégias de enfrentamento.
- Proposta de calendário



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

30/03/2019 - Início dos trabalhos;

10/05/2019 - Prazo para entrega dos textos;

11-23/05/2019 - Organização da cartilha e revisão;

01-15/06/2019 - Envio para imprensa, diagramação e ajustes;

01/07/2019 - Versão final para impressão;

Lançamento e distribuição: II Seminário integrado do GTPCEGDS e o Dia de Combate ao Racismo do ANDES-SN.

Elementos que devem constar na cartilha:

- Debate sobre o conceito de racismo;
- Compreensão de que o Racismo é estrutural;
- O que é racismo?
- Políticas afirmativas e ações de reparação, Lei 12.990/14;
- Racismo e a categoria docente;

Estrutura da Cartilha e comissões de trabalho:

Introdução – que racismo é esse? (Coordenação do GTPCEGDS)

1. Racismo na sociedade brasileira: conceitos – universidade – retrocesso/Dados sobre racismo (Rosi, Miriam, Maria da Graça, Thiélide);
2. Interseccionalidade: raça, classe e gênero (Ana Luisa, Rosi, Maria Graça);
3. Injúria racial x crime de racismo (Cassiane, Jacqueline, Amanda);
4. Políticas afirmativas e ações de reparação no campo da Educação, leis federais (por exemplo, 12990/14 e 12711/12) e estaduais (por exemplo, UNEB, UnB, UENF, UERJ). (Cassiane, Joana, Ana Claudia, Ana Luisa);
5. A história do ANDES-SN na luta antirracista e o papel das IES, dos IF e CEFET (Carol, Caiuá, Júlio, Jacqueline, Adriana);
6. Estratégias políticas de luta (leis, cotas, concursos, etc.) estratégias de enfrentamento (Saulo, Carol, Ana Claudia, Juliana);
7. Bibliografia.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANEXO 1

INFORMES DAS SEÇÕES SINDICAIS

ADUFES

Informes Prestados por: Juliana Mellim e Maria Daniela

Data da última Reunião do GT local: 18/03/19

Nº de participantes: 10 Professores

Indicações / Recomendações ao GTPCEGDS Nacional:

- O GT ADUFES deliberou na última reunião agendamento com a UFES para discutir a Lei nº11.645/08 da obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira e indígena. A reunião acontecerá no dia 3/4.
- Participação do GT na construção do 8M e da etapa estadual de preparação para o III ENE.
- Reunião do GT com o departamento de gestão de pessoas da UFES, como pauta será abordada a Lei nº12.990/14

ADUFMAT

Informes Prestados por: Ana Luisa Aves Cordeiro

Data da última Reunião do GT local: 28/03/2019

Nº de participantes: 6 pessoas (4 mulheres e 2 homens)

Indicações / Recomendações ao GTPCEGDS Nacional:

- Medida provisória nº873, a retirada da folha de pagamento e a adoção de boleto ou débito em conta corrente pode significar perda de arrecadação de 43% a 60%;
- Reforma da Previdência - estratégia de constranger parlamentares nos aeroportos, participar da comissão parlamentar mista, fazer isso também nos estados, descobrir onde os parlamentares moram e organizar protestos;
- Pensar política de recepção do(a)s novo(a)s docentes;



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

- Remanescentes de quilombos e a população indígena, intensificação dos conflitos de terra: denunciar isso de forma mais contundente, se há alguma resolução para essa questão;
- Realização do 8 de março, chamada geral de vários coletivos e uma dificuldade de articulação com alguns que não vão ou querem fazer algo eles mesmos.

ADUNEMAT

Informes Prestados por: Thielide e Giulianna Zilocchi Miguel

Data da última Reunião do GT local: 19/03

Nº de participantes: 12

Indicações / Recomendações ao GTPCEGDS Nacional:

- Organização de calendário e ações dos 16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência contra as Mulheres ;
- Instituição de um concurso de poesia temático para os 16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência contra as Mulheres;
- Necessidade de atendimento às questões de indígenas, como contribuir com um coletivo de mulheres indígenas.

- Nós Vamos compor o GT em Cáceres e na Região;
- Estamos realizando mobilização desde nossa posse no início do ano;
- 8M em conjunto com SINASEFE, MST, CUT, Conselho Municipal de Mulheres;
- 14M - II Mostra de Trabalho sobre Mulheres;
- 22M - Vários atos na cidade de Cáceres/MT (Passeatas, distribuição de panfletos, entrevistas em rádios, audiência pública).

ADUFF

Data da última Reunião do GT local: 12/03/2019



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Indicações / Recomendações ao GTPCEGDS Nacional:

- ADUFF participou do Pré-III ENE que ocorreu na UFRJ em 23 e 24 de março de 2019;
- A delegação da ADUFF participou de todos os GTs do evento (seis eixos de discussão) - Dentre eles o eixo 4 – Gênero, sexualidade , orientação sexual e questões raciais.

APROFURG

Informes Prestados por: Cassiane de Freitas Paixão

Data da última Reunião do GT local: 27/03/2019

Nº de participantes: 5

Indicações/Recomendações ao GTPCEGDS Nacional:

- Pauta indígena, lembrando atividades do mês de abril;
- Acolhimento das comunidades tradicionais;
- Vagas e políticas para professore(a)s Trans;
- Na cartilha sobre combate ao racismo, tratar das seguintes legislações: leis 12.711; 11.645 e 12.990; diferenças entre injúria racial e racismo.

Deliberação/Indicações de AG de interesse do GTPCEGDS nacional

- A Aprofurg fará atividade em conjunto com o coletivo indígena, alusivo ao abril indígena;
- 8M como pauta nacional e foi realizada uma iniciativa da APROFURG que é a edição da revista Três Marias.

Outras informações:

No dia 29 de março foi aprovado no Conselho Universitário as reservas de vagas na pós-graduação para negro(a)s quilombolas , indígenas e pessoas com deficiência.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

SEDUFSM

Informes Prestados por: Júlio Quevedo

Data da última Reunião do GT local: 13/03/19

Nº de participantes: 20

Indicações/Recomendações ao GTPCEGDS Nacional:

- Participação do ato dia 14/03/2019 em memória a um ano de morte de Marielle e Anderson, no dia de luta contra a criminalização dos movimentos sociais e sindicais. Organização do evento: Cultura na SEDUFSM, no dia 21/03/19 em comemoração ao Dia Internacional de combate ao racismo, com as companheiras Vera Rosane Oliveira, do Quilombo Raça e classe da CSP-CONLUTAS/RS e Sandra Aires, do MNV/RS;
- Organização junto com a frente única de trabalhadoras e trabalhadores de SM do dia de paralisação e mobilização contra a reforma da Previdência no dia 22/03/2019

Deliberação/Indicações de AG de interesse do GTPCEGDS nacional

- Atuar em parceria com os indígenas em suas lutas, particularmente nas questões da terra, educação e saúde indígena;
- Atuar em parceria com os quilombos em suas lutas, particularmente nas questões da terra, educação e saúde indígena;
- Organizar junto com as centrais sindicais e entidades a Greve Geral contra a reforma da Previdência, os ataques à educação e para revogação da EC. nº95/2017.

Outras informações:

- Organização de atividades alusivas ao Centenário da Organização Internacional de Trabalho (OIT) 1919-2019 e à Convenção 169/1989, que em seus 30 anos garante o autodeterminação dos povos indígenas do Brasil.